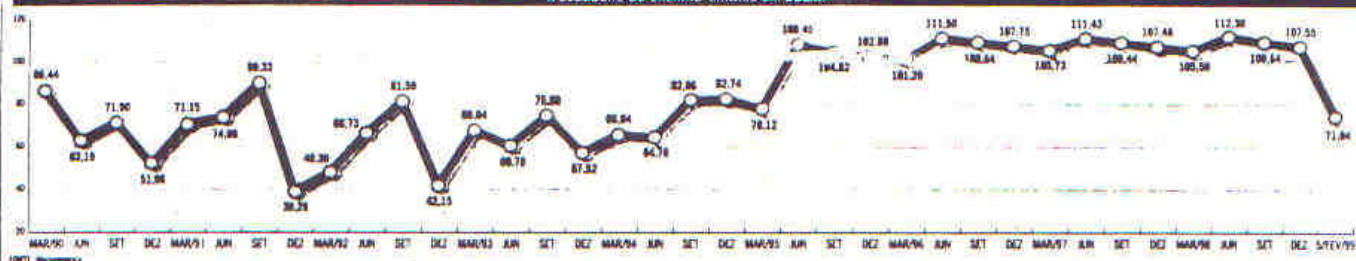




A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO EM DÓLAR



Ajuste conterá correção do mínimo

Para reduzir gastos, Governo também planeja não dar aumento a servidores pelo 5º ano seguido

Maria Luiza Abbotti e Flávia Oliveira

BRASÍLIA e RIO

O novo arrocho fiscal planejado pelo Governo deverá reduzir o reajuste do salário-mínimo este ano. Isso porque o Executivo precisa elevar o superávit primário (que exclui gastos com juros), e o aumento do mínimo representa gastos adicionais para a Previdência, que tem que repassar a correção para pelo menos dez milhões de aposentados e pensionistas. Também consequência do ajuste fiscal, os servidores públicos federais deverão enfrentar o quinto ano consecutivo sem qualquer correção de seus vencimentos.

— Pelo Governo, o reajuste do salário-mínimo será zero, mas haverá uma queda-de-braço com a oposição no Congresso — disse um ministro.

Despesas no Orçamento não serão corrigidas

Na verdade, por mais indesejável que seja, a inflação provocada pela desvalorização do real funciona como aliada do Governo no ajuste fiscal. O Orçamento de 1999 aprovado pelo Congresso embutiu uma previsão de 2% para a inflação. Com a mudança no câmbio, a equipe econômica está refazendo os cálculos e prevê um aumento da arrecadação em reais provocado por uma inflação de mais de 10%. Por outro lado, as despesas previstas no Orçamento não serão corrigidas pela inflação, o que, na prática, significa uma queda em termos



Fernando Maia/234-4-55

superior a 10%. Se a batalha contra a reindexação do salário for vencida, os índices dos meses seguintes vão correr o poder de compra do mínimo e os gastos da Previdência. Pelo menos até que a inflação volte a cair, o que — aponta o Governo — vai acontecer no fim de 1999.

Reajuste do mínimo aumenta déficit

O economista Estevão Kopschitz, da consultoria Macrométrica, confirma a correlação entre o reajuste do salário-mínimo e o aumento do déficit previdenciário. Ainda assim, afirma que espera elevação de R\$ 5 a R\$ 10 no piso salarial do país, a partir de maio. E lembra que o esperado repique inflacionário nos meses de fevereiro e março atingirá em cheio o poder de compra do mínimo, sem correção desde maio do ano passado.

Já o economista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que a resistência em reajustar o mínimo ratifica o compromisso do Governo com o ajuste fiscal. E assinala que o aumento do mínimo, de fato, eleva a inflação, o déficit previdenciário, o desemprego e o trabalho informal.

— O Governo está reticente porque enfrenta o desafio da responsabilidade fiscal. Sob esse ponto de vista, talvez seja correto não elevar o mínimo. Mas apesar de todos os efeitos colaterais já citados, o mínimo tem enorme influência na distribuição de renda — diz Neri.

reais

Uma fonte da equipe econômica admite que não há qualquer previsão de aumento de despesas com o salário dos funcionários públicos. Já na lista de gastos do Orçamento estão os dez milhões de beneficiários da Previdência que não podem ser inferiores a um salário-mínimo. Se dependesse exclusivamente da equipe econômica, não haveria o reajuste do mínimo e o déficit da Previdência, principal fonte de desequilíbrio das contas públicas, simplesmente seria reduzido às custas da perda de poder aquisitivo de aposentadorias e pensões.

Constituição preserva poder de compra

Mas o problema é político e constitucional. pois, em seu artigo 7º, a Constituição estabelece que o mínimo deve ter reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Historicamente, o Governo sempre anunciou reajustes do salário-mínimo no dia 1º de maio. Nos primeiros quatro anos de mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso tinha um compromisso assumido por escrito em seu programa de campanha. A página 146 do "Mãos à Obra" trazia a promessa de que o salário-mínimo iria dobrar nos quatro anos de Governo. Por isso, a equipe econômica foi obrigada a concordar com um aumento de 8,3% para o mínimo no ano passado e não de 4%, como desejava. Com o reajuste, o salário passou a R\$ 130 e o presidente cumpriu sua promessa.



MARCELO NERI: "Sempre que o mínimo sobe, há uma elevação da inflação. É tudo o que o Governo não quer"

Na campanha eleitoral do ano passado, a crise estava batendo à porta do país, a moratória da *Républica* foi anunciada em agosto e o salário-mínimo foi esquecido. No Avanço Brasil, o programa da reeleição do presidente, não existe qualquer promessa ou meta para o mínimo. Ainda assim, o problema político permanece.

— A oposição vai aparecer com um projeto reindexando o salário-mínimo e caberá ao Governo resistir — reconhece o ministro.

O reajuste zero para o salário-mínimo, por en-

quanto, ainda não faz parte do novo ajuste fiscal que está sendo preparado. O maior problema do Brasil é justamente a credibilidade e, sem garantias expressas da base de apoio no Congresso, na avaliação de um integrante da equipe econômica, ninguém levaria a sério essa proposta. Mesmo assim, a inflação com que o Governo trabalha para 1999 é superior a 10%. Até abril, quando o reajuste do mínimo será decidido, a inflação acumulada ainda carregará os índices baixos registrados até janeiro e o reajuste do mínimo certamente será in-

Estagnação do salário contém a inflação

O economista lembra que 46% da redução da pobreza obida depois do Plano Real se deu em maio de 1995, quando o salário-mínimo passou de R\$ 70 para R\$ 100. Somente no Rio Janeiro, naquele mês, o número de pobres caiu 16%. Em benefício do equilíbrio fiscal, portanto, o Governo estaria abrindo mão de um instrumento importante de combate à pobreza.

Ao mesmo tempo, acrescenta Neri, a estagnação do mínimo teria o efeito secundário de conter a escalada da inflação, isso porque o piso é indexador salarial de uma parcela significativa dos trabalhadores.

Estudo de Neri com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, revela que 8% dos empregados com carteira assinada de todo o país ganham exatamente um salário-mínimo por mês. Além disso, nada menos que 6% dos trabalhadores formais são remunerados por múltiplos do mínimo — dois, três ou quatro salários, por exemplo.

— E por isso que sempre que o mínimo sobe há uma elevação da inflação. O efeito indexador é imenso. E isso é tudo o que o Governo não quer — afirma o economista do Ipea.

• DÉFICIT ESTIMADO DE US\$ 11 BILHÕES DA PREVIDÊNCIA DIFICULTA REAJUSTE DO MÍNIMO, na página 32